

**LEI Nº 1.508, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1984.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA  
DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES, PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1983.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei:~~

~~**Art. 1º** – O Orçamento do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para o exercício financeiro de 1985, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 3.800.000.000,00 (três bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros).~~

~~**Art. 2º** – A Receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação em vigor, especificadas no Anexo nº 1 da Portaria SOF/SEPLAN nº 6, de 09 de junho de 1982, e de acordo com o seguinte desdobramento:~~

		Cr\$	Cr\$
<b>1</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>		3.729.640.000
1.1	Receita Tributária	200.380.000	
1.2	Receita Patrimonial	170.800.000	
1.3	Receita Industrial	500.000	
1.4	Transferências Correntes	3.325.060.000	
1.5	Receitas Diversas	32.900.000	
<b>2</b>	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		70.360.000
2.3	Alienação de bens móveis e imóveis	22.000.000	
2.5	Transferências de Capital	32.900.000	
	<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>3.800.000.000</b>	<b>3.800.000.000</b>

~~**Art. 3º** – A Despesa será realizada na forma especificada no Adendo II, do Decreto nº 1.875, de 15 de julho de 1981, conforme desdobramento a seguir:~~

		Cr\$
01	<u>Câmara Municipal</u>	76.481.000
02	<u>Gabinete do Prefeito</u>	345.151.000
03	<u>Diretoria de administração</u>	97.501.000
04	<u>Diretoria de finanças</u>	415.001.000
05	<u>Agricultura</u>	38.500.500
06	<u>Comunicação</u>	31.300.000
07	<u>Diretoria de Educação</u>	492.431.000
08	<u>Diretoria de Obras</u>	611.001.000
09	<u>Saúde e Saneamento</u>	92.800.500
10	<u>Assistência e Previdência</u>	592.225.571
11	<u>Div. Municipal Estradas de Rodagem</u>	1.007.607.429
	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>3.800.000.000</b>

~~**Art. 4º** – Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito suplementar, até o limite de vinte e cinco por cento (25%) do Orçamento das Despesas, nos termos do artigo 70 da Lei 4.320, de 17/03/64, e na forma do artigo 43, § 1º, itens I e V da mesma Lei.~~

~~**Art. 5º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 05 de novembro de 1984.

**DJALMA MONTEIRO DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.